



PORTARIA Nº 151/2025

INSTITUI A POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO E CONTROLE INTERNO DA FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO.

O Presidente da Funcap, no uso de suas atribuições legais regulamentares, conferidas pelo inciso XI do artigo 5º do Decreto Estadual nº 31.182/2013 e pela Lei nº 15.012/2011, considerando o disposto no 4º, inciso I, da Lei Estadual nº 16.717/2018.

**CONSIDERANDO** a atuação da Funcap enquanto entidade de fomento e apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, e que a sua missão em contribuir para o desenvolvimento social e econômico do Estado, envolvem riscos;

**CONSIDERANDO** que a sistematização da gestão de riscos tem por finalidade desenvolver, disseminar e implementar metodologias de gerenciamento de riscos corporativos, com vistas a apoiar melhorias contínuas nos processos organizacionais, projetos e iniciativas estratégicas da Funcap, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e o cumprimento do propósito institucional;

**CONSIDERANDO** que a sistematização da gestão de riscos contribui para a transparência organizacional, promovendo a integridade, a prestação de contas e o acesso a informações relevantes, o que fortalece a governança e aumenta o nível de confiança na Funcap pelas partes interessadas, assegurando a credibilidade da entidade e a efetividade de suas ações;

**CONSIDERANDO** a recomendação das melhores práticas nacionais e internacionais que tratam acerca da gestão de risco e do *compliance* corporativo;

**CONSIDERANDO** a Lei Estadual nº 16.717/2018, que institui o Programa de Integridade do Poder Executivo do Estado do Ceará, a Portaria nº 74/2020 da CGE que dispõe sobre as diretrizes para operacionalização do Programa de Integridade do Poder Executivo do Ceará e o Decreto Estadual nº 33.805/2020 que institui a Política de Gestão de Riscos no Poder Executivo do Ceará;

**CONSIDERANDO** a Portaria nº 05/2021 da CGE, que institui a metodologia de gerenciamento de riscos do Poder Executivo do Estado do Ceará.

**RESOLVE**, implementar a **Política de Gestão de Riscos no âmbito da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap)**.

## CAPÍTULO I: DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art 1º.** Fica instituída a Política de Gestão de Riscos da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap), integrante do Programa de Integridade da Funcap, que observará o disposto nesta Resolução, com o objetivo de estabelecer princípios, diretrizes, competências e responsabilidades.

**§1º.** A Política de Gestão de Riscos consiste no conjunto de diretrizes que englobam princípios, objetivos, orientações de operacionalização e competências.

**§2º.** A presente Política foi elaborada com base em fundamentos e referências previstas no(a):

- i) NBR ISO 31001:2018 - Sistema de Gestão de Riscos;
- ii) COSO-ERM - *Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission*; e
- iii) INTOSAI GOV 9130/9100/2019;
- iv) Lei Estadual nº 16.717/2018
- v) Decreto Estadual nº 33.805/2020;
- vi) Portaria nº 05/2021 da CGE/CE; e
- vii) Portaria nº 74/2020 da CGE/CE.

**Art 2º.** Para efeitos desta Resolução, entende-se por:

I – processo: conjunto de ações e atividades inter-relacionadas, que são executadas para alcançar um produto, resultado ou serviço predefinido;

II – governança: combinação de processos e estruturas implantadas pela alta gestão da fundação, para informar, dirigir, administrar, avaliar e monitorar suas atividades organizacionais, com o intuito de alcançar seus objetivos e prestar contas dessas atividades à sociedade;

III – objetivo organizacional: situação que se deseja alcançar de forma a se evidenciar êxito no cumprimento da missão e no atingimento da visão de futuro da organização;

IV – meta: quantificação do objetivo a ser alcançado;

V – risco: possibilidade de ocorrência de um evento que tenha impacto no atingimento dos objetivos da organização;

VI – risco inerente: risco a que uma organização está exposta sem considerar quaisquer medidas de controle que reduzam ou possam reduzir a probabilidade de sua ocorrência ou de seu impacto;

VII – risco residual: risco a que uma organização está exposta após a implementação de medidas de controle para o tratamento do risco;

VIII – gestão de riscos: conjunto de ações coordenadas e direcionadas ao desenvolvimento, disseminação e implementação de metodologias de gerenciamento de riscos institucionais, objetivando apoiar a melhoria contínua de processos de trabalho, de projetos e da eficácia na alocação e utilização dos recursos disponíveis, contribuindo para o cumprimento dos objetivos da organização;

IX – gerenciamento de risco: processo contínuo que consiste no desenvolvimento de um conjunto de ações destinadas a identificar, analisar, avaliar, priorizar, tratar e monitorar eventos capazes de afetar os objetivos, processos de trabalho e projetos da organização;

X – controles internos da gestão: conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações,

entre outros, operacionalizados de forma integrada, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que os objetivos organizacionais serão alcançados;

XI – medida de controle: medida aplicada pela organização para tratar os riscos, aumentando a probabilidade de que os objetivos e as metas organizacionais estabelecidos sejam alcançados;

XII – nível de risco: criticidade do risco, assim compreendida a intensidade do impacto de um risco nos objetivos, processos de trabalho e projetos da organização, a partir de uma matriz pré-definida; e

XIII – apetite a risco: nível de risco que uma organização está disposta a aceitar.

## **CAPÍTULO II: DOS PRINCÍPIOS**

**Art 3º.** A Política de Gestão de Riscos da Funcap tem por objetivo auxiliar a tomada de decisão com vistas a prover razoável segurança no cumprimento da missão e no alcance dos objetivos institucionais, devendo ser guiada pela sua visão e valores, e observará princípios que orientam sobre suas características, comunicam o seu valor e explicitam seus propósitos, conforme seguem:

I – agregar e proteger valor;

II – ser apoiada e gerenciada pela alta gestão e por todos da organização;

III – ser parte integrante dos processos organizacionais;

IV – subsidiar a tomada de decisões;

V – considerar ameaças e oportunidades;

VI – ser estruturada e processada de forma personalizada e proporcional aos contextos interno e externo da organização;

VII – ser baseada nas informações disponíveis, oportunas e claras para as partes interessadas;

VIII – considerar fatores humanos e culturais;

IX – ser sistemática, estruturada, abrangente e oportuna;

X – ser transparente e inclusiva;

XI – ser dinâmica, iterativa e capaz de reagir a mudanças;

XII – fomentar a melhoria contínua da organização.

## **CAPÍTULO III: DOS OBJETIVOS**

**Art. 4º.** A Política de Gestão de Riscos da Funcap tem como objetivos principais:

I – aumentar a probabilidade de atingimento dos objetivos organizacionais;

II – fomentar uma gestão proativa;

III – atentar para a necessidade de se identificar e tratar riscos dos processos críticos em toda a organização;

IV – facilitar a identificação de oportunidades e ameaças;

V – prezar pelas conformidades legal e normativa dos processos organizacionais;

VI – melhorar a prestação de contas à sociedade;

VII – melhorar a governança;

VIII – estabelecer uma base confiável de informações para a tomada de decisão;

IX – melhorar o ambiente de controle interno;

X – alocar e utilizar eficazmente os recursos para o tratamento de riscos;

XI – melhorar a eficácia e a eficiência operacional;

XII – melhorar a prevenção de perdas e a gestão de incidentes;

XIII – minimizar perdas;

XIV – melhorar a aprendizagem organizacional;

XV – aumentar a capacidade de adaptação a mudanças;  
XVI - estar adequada e ter os processos em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados, Lei Federal nº 13.709/2018; e  
XVII - observar as normas vigentes do país, incluindo, mas não se limitando, as Leis Federais nº 12.846/2013 e nº 9.613/1998, respectivamente, de Anticorrupção e Contra a Lavagem de Dinheiro.

#### **CAPÍTULO IV: DAS DIRETRIZES PARA O GERENCIAMENTO DE RISCOS**

**Art 5º.** O gerenciamento de riscos deverá contemplar, no mínimo, as seguintes etapas:

I – comunicação e consulta: realização de atividades a fim de assegurar que os responsáveis pela implementação do processo de gestão de riscos e as partes interessadas compreendam os fundamentos sobre os quais as decisões são tomadas e as razões pelas quais ações específicas são requeridas;

II – entendimento do contexto: identificação dos objetivos da organização e compreensão dos contextos externo e interno a serem considerados no gerenciamento de riscos;

III – identificação de riscos: elaboração de lista abrangente de riscos com base nos eventos que possam evitar, atrasar, prejudicar ou impedir a realização dos objetivos associados aos processos organizacionais;

IV – análise de riscos: identificação das possíveis causas, consequências e os controles existentes para prevenir a ocorrência de riscos e diminuir o impacto de suas consequências;

V – avaliação de riscos: identificação de quais riscos necessitam de tratamento e qual a prioridade para a implementação do tratamento;

VI – tratamento de riscos: definição das opções de respostas aos riscos, de forma a adequar seus níveis ao apetite estabelecido para os processos organizacionais, além da escolha das medidas de controle associadas a essas respostas;

VII – monitoramento e análise crítica: verificação e supervisão crítica contínua, visando identificar mudanças no desempenho requerido ou esperado para determinar a adequação, suficiência e eficácia da gestão de riscos; e

VIII – registro e relato: atividades referentes ao registro documental e relato das atividades por meio de mecanismos apropriados para fornecer informações para tomada de decisão.

**§1º.** A Funcap deverá implementar, manter, monitorar e revisar processo de gerenciamento de riscos, integrado à sua missão, planejamento estratégico, tático e operacional e cultura organizacional, observado o disposto nesta resolução.

**§2º.** O gerenciamento de riscos deverá ser implementado de forma gradual, preferencialmente nos processos organizacionais mais críticos que impactam diretamente no atingimento dos objetivos estratégicos.

#### **CAPÍTULO V: DAS COMPETÊNCIAS**

**Art 6º.** Compete ao dirigente máximo da Funcap:

I – garantir o apoio institucional para promover a gestão de riscos, em especial, os recursos necessários, o relacionamento entre as partes interessadas e o desenvolvimento contínuo das pessoas e dos processos;

II – garantir o alinhamento da gestão de riscos ao Programa de Integridade do órgão ou entidade.

**Art 7º.** O processo de Gestão de Riscos no âmbito da Funcap deverá contemplar as seguintes áreas de atuação:

- I – estratégica;
- II – tática; e
- III – operacional.

**§1º.** As áreas de atuação responsáveis pelo gerenciamento de riscos são:

- I – área de atuação estratégica: comitê de integridade;
- II – área de atuação tática: assessoria de controle interno e ouvidoria;
- III – área de atuação operacional: cada área responsável pelos processos organizacionais e seus colaboradores.

**§2º.** As áreas de atuação responsáveis pelo gerenciamento de riscos deverão manter fluxo regular e constante de comunicação.

**Art. 8º.** Compete ao Comitê de Integridade, enquanto área estratégica da gestão de riscos:

- I – aprovar os processos organizacionais selecionados para o gerenciamento de riscos;
- II – definir as estratégias de implementação do gerenciamento de riscos, considerando os contextos externo e interno;
- III – avaliar a eficácia dos controles internos existentes em relação aos objetivos dos processos organizacionais selecionados para o gerenciamento de riscos;
- V – aprovar os níveis de apetite a riscos dos processos organizacionais selecionados, caso sejam diferentes dos propostos na Metodologia de Gerenciamento de Riscos do Poder Executivo Estadual;
- V – aprovar a periodicidade máxima do ciclo do processo de gerenciamento de riscos para cada um dos processos organizacionais;
- VI – aprovar os indicadores de desempenho para a gestão de riscos da Fundação, alinhados com os indicadores de desempenho da Funcap;
- VII – aprovar as respostas aos riscos e as medidas de tratamento e controle a serem implementadas nos processos organizacionais selecionados (Plano de Tratamento);
- VIII – avaliar e validar o resultado do processo de gerenciamento de riscos de cada processo organizacional selecionado;
- IX – avaliar a efetividade das medidas de tratamento e controle implementadas nos processos organizacionais;
- X – avaliar o desempenho do processo de gerenciamento de riscos e fortalecer a aderência dos processos organizacionais à conformidade normativa;
- XI – aprovar o plano de comunicação e consulta de gerenciamento de riscos; e
- XII – supervisionar a atuação das áreas quanto à gestão de riscos.

**Art. 9º.** Compete à assessoria de controle interno e à ouvidoria, enquanto área tática da gestão de riscos:

- I – auxiliar na identificação dos objetivos da organização e na compreensão dos contextos externo e interno a serem considerados no gerenciamento de riscos;
- II – auxiliar na identificação, análise e avaliação dos riscos dos processos organizacionais selecionados para a implementação do gerenciamento de riscos;
- III – auxiliar na definição das respostas aos riscos e das medidas de tratamento e controle a serem implementadas nos processos organizacionais (Plano de Tratamento);

- IV – auxiliar na definição dos indicadores de desempenho para a gestão de riscos, alinhados com os indicadores de desempenho do órgão ou entidade;
- V – propor o plano de comunicação e consulta de gerenciamento de riscos;
- VI – propor a atualização das estratégias de gerenciamento de riscos, considerando os contextos externo e interno;
- VII – propor a periodicidade máxima do ciclo do processo de gerenciamento de riscos para cada um dos processos organizacionais;
- VIII – realizar o monitoramento e a análise crítica dos níveis de riscos e da efetividade das medidas de tratamento e controle implementadas nos processos organizacionais;
- IX – auxiliar na definição dos níveis de apetite a riscos dos processos organizacionais, caso sejam diferentes dos propostos na Metodologia de Gerenciamento de Riscos do Poder Executivo Estadual;
- X – auxiliar na identificação dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos dos processos organizacionais;
- XI – avaliar os indicadores de desempenho para a gestão de riscos objetivando melhoria contínua;
- XII – requisitar aos responsáveis pelo gerenciamento de riscos dos processos organizacionais as informações necessárias para a consolidação dos dados e a elaboração dos relatórios gerenciais;
- XIII - acompanhar o desempenho do processo de gerenciamento de riscos e estimular o fortalecimento da aderência dos processos organizacionais à conformidade normativa; e
- XIV – documentar e informar as outras áreas de atuação em cada etapa do processo de gerenciamento de riscos.

**Art. 10.** Compete à área de atuação operacional:

- I – identificar os objetivos da organização e compreender os contextos externo e interno a serem considerados na gestão de riscos;
- II – identificar, analisar e avaliar os riscos dos processos organizacionais selecionados para a implementação do gerenciamento de riscos;
- III – definir os níveis de apetite a risco dos processos organizacionais, caso sejam diferentes dos propostos na Metodologia de Gerenciamento de Riscos do Poder Executivo Estadual;
- IV – propor as respostas aos riscos e as medidas de tratamento e controle a serem implementadas nos processos organizacionais (Plano de Tratamento);
- V – monitorar os níveis de riscos e a efetividade das medidas de tratamento e controle implementadas nos processos organizacionais sob sua responsabilidade;
- VI – informar à área de atuação tática sobre mudanças significativas nos processos organizacionais sob sua responsabilidade;
- VII – propor os indicadores de desempenho para a gestão de riscos, alinhados com os indicadores de desempenho do órgão ou entidade;
- VIII – responder às requisições da área de atuação tática;
- IX – disponibilizar as informações quanto ao gerenciamento de riscos dos processos sob sua responsabilidade a todos os níveis da organização e demais partes interessadas; e
- X – realizar outras atividades de gerenciamento de riscos dos processos sob sua responsabilidade, em conformidade com a Política de Gestão de Riscos instituída por este decreto.



**§1º.** Os gestores das áreas da Funcap deverão identificar os processos organizacionais que comporão o gerenciamento de riscos, bem como os responsáveis por esses processos, observando o critério estabelecido no §2º do art. 6º do Decreto nº 33.805/2020.

**§2º.** Os responsáveis pelos processos organizacionais serão responsáveis pelo seu gerenciamento de riscos.

**§3º.** A implementação do Plano de Tratamento envolve a participação da área responsável pelo processo organizacional e das áreas corresponsáveis, caso existam outras áreas envolvidas na implementação das medidas de tratamento e controle.

**§4º.** No Plano de Tratamento, deve ser indicado servidor que será responsável pela implementação das medidas de tratamento e controle, bem como pelo monitoramento e reporte da evolução destas.

**Art. 11.** Compete a todos os servidores e colaboradores da Funcap comunicar a situação dos níveis de riscos e da efetividade das medidas de controles implementadas nos processos organizacionais em que estiverem envolvidos ou que tiverem conhecimento.

**Parágrafo único.** Caso sejam identificadas mudanças ou fragilidades nos processos organizacionais, o servidor ou colaborador deverá reportar imediatamente o fato ao responsável pelo gerenciamento de riscos do processo em questão, que reportará o fato à instância de atuação tática do órgão ou entidade.

#### **CAPÍTULO IV: DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art 12.** A Política de Gestão de Riscos da Funcap será revista quando for necessário, no intuito de que esteja sempre atualizada e acompanhe as transformações internas e externas à Funcap.

**Art. 13.** Os casos omissos desta Portaria ou as excepcionalidades serão resolvidos pelo Comitê de Integridade.

**Art 14.** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, em Fortaleza 11 de dezembro de 2025.

**Raimundo Nogueira da Costa Filho**  
**PRESIDENTE**